

Arthur Valle
Camila Dazzi
Isabel Portella

Oitocentos

TOMO III

Intercâmbios Culturais entre Brasil e Portugal

2ª Edição

Rio de Janeiro
CEFET/RJ
2014



2014

Realização da Publicação

CEFET/RJ

UFRRJ

Museu da República/RJ

Organização

Arthur Valle

Camila Dazzi

Isabel Portella

Projeto Gráfico

Camila Dazzi

Revisão e Editoração

Smirna Cavalheiro/ComTexto

Editoras

CEFET/RJ

DezenoveVinte

Correio eletrônico

dezenovevinte@yahoo.com.br

Meio eletrônico

A presente publicação reúne os textos de comunicações apresentadas de forma mais sucinta no III Colóquio de Estudos sobre a Arte Brasileira do Século XIX. Os textos aqui contidos não refletem necessariamente a opinião ou a concordância dos organizadores, sendo o conteúdo e a veracidade dos mesmos de inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores, inclusive quanto aos direitos autorais de terceiros.

700
O39

Oitocentos - Tomo III : Intercâmbios culturais entre Brasil e Portugal. 2ª.
Edição / Arthur Valle, Camila Dazzi, Isabel Portella (organizadores).- Rio de Janeiro: CEFET/RJ, 2014. II.
600 p.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7068-010-5

1. Arte. 2. Arte – Brasil. 3. Arte – Portugal. 4. Arte – História. I. Valle, Arthur. II. Dazzi, Camila. III. Portella, Isabel. IV. Título.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7068-010-5



9 788570 680105



22. A Influência dos Modelos Portugueses no Novo Retábulo–Mor Projetado em 1873, por Joaquim Rodrigues de Faria para a Igreja dos Terceiros Dominicanos de Salvador, Bahia

Luiz Alberto Ribeiro Freire¹



A instituição da Ordem Terceira de São Domingos na Bahia contrariou a norma da Ordem primeira preceder a terceira, isto se deu após a tentativa dos dominicanos ter sido frustrada pela carta régia de 14 de Abril de 1701². Em 1722, o Frei Gabriel Baptista, missionário português recém-chegado da Índia motivou os irmãos terceiros de São Domingos residentes na cidade e professores em sua maioria no Porto, Lisboa e Viana do Minho a organizarem a Ordem. A licença para tal foi conseguida em 1723 através de provisão real que nomeava o mencionado Frei como Padre Diretor, sendo instituída no Mosteiro de São Bento. Deste Mosteiro a ordem foi transferida para o Hospício da Palma, então dos Agostinhos, aí funcionando até o dia em que edificaram sua igreja³.

A construção do templo principiou-se aos 18 de Dezembro de 1731, obra que ficou ao cargo de João Antunes dos Reis⁴, ficando concluída a capela-mor um ano depois, que foi benta pelo cura da Sé, João Borges de Campos, dizendo-se a primeira missa em 14 de Novembro de 1732. Poucos anos depois, toda a igreja foi concluída e os mais cômodos necessários à corporação, tudo à custa do irmão, pois não tinha a ordem nenhum patrimônio, salvo o terreno onde o templo foi edificado, adquirido em 1730⁵.

¹ Pesquisador CNPq 2, Professor de História da Arte, Escola de Belas Artes - Universidade Federal da Bahia.

² CAMARGO, Maria Vidal de Negreiros. **Os terceiros dominicanos em Salvador**. 224 p. il. Dissertação (mestrado). Mestrado de Ciências Sociais (área de concentração História Social) da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1979.

³ AMARAL, Braz do. Nota à p. 500 no v. 5 de SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira. Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia, referida por CAMARGO, Maria Vidal de Negreiros. **Os terceiros dominicanos em Salvador**, 1979, p. 9.

⁴ ALVES, Marieta. **Ordem 3ª de S. Domingos**. Salvador: Prefeitura do Salvador, 1950. (Pequeno guia das Igrejas da Bahia VI). 24 p. il. p. 5.

⁵ Idem.

Um breve expedido pelo Papa Benedito XIV, em 25 de maio do ano de 1742 eximiu a Ordem Terceira Dominicana da Bahia da jurisdição do Provincial e Religiosos Dominicanos do Reino de Portugal, sujeitando-a à jurisdição ordinária. Além disso, concedeu autoridade à Mesa Administrativa da Ordem para eleger como seu Diretor Espiritual um sacerdote secular, Terceiro da mesma Ordem, ao invés de sacerdote regular dominicano, como havia antes do recurso à Santa Sé.⁶

Acerca da talha setecentista, Marieta Alves informa que

em carta dirigida à Ordem 3ª de S. Domingos, da cidade do Porto, sua congênera da Bahia informou, em 1737, que nesse ano ficaria concluído o frontispício da Igreja e se assentariam os altares colaterais, qualificados obra maravilhosa.

Em 1758, a Mesa da Ordem 3ª de S. Domingos, em petição dirigida ao Rei de Portugal D. José I, impetrou licença para a construção da torre da Igreja, Consistório e dependências necessárias... Os peticionários informaram ao Rei que eles haviam edificado sua Capela com tanta magnificência e perfeição que era dos templos dos Templos suntuosos da Bahia, acrescentando mais que suas paredes estavam cobertas de talha dourada.⁷

Tais informações tão precisas quanto a época da primeira talha desta igreja é falha no que diz respeito à autoria, pois os documentos do tempo de sua fatura desapareceram do arquivo da Ordem que é um dos mais completos a partir de fins do século dezoito e todo o dezenove.

A torre só fora construída depois da rainha D. Maria I em 1781, favorecer a petição dos dominicanos por meio de carta régia, mas a intenção de tornar o templo o mais destacado no universo das igrejas baianas não ficou estagnada, antes motivou a iniciativa tomada entre 1783 e 1786 “de revestir a fachada da igreja de fino mármore, remetendo riscos para Portugal”, obra inviabilizada pelo alto custo dos orçamentos⁸.

As providências para a reforma da talha da Igreja dos terceiros dominicanos de Salvador principiaram na sessão de 6 de Agosto de 1871, em que o Prior Albano Dias Machado, declarou o estado de ruína da Igreja e a necessidade de consertá-la informando os recursos existentes para o início das obras e aqueles que podiam ser angariados através de subscrição dos mesários e demais irmãos que não faziam

⁶ CAMARGO, Maria Vidal de Negreiros. **Os terceiros dominicanos em Salvador**, 1979, p. 10.

⁷ ALVES, Marieta. **Ordem 3ª de S. Domingos**, 1950, p. 5.

⁸ *Ibidem*, p. 6.

parte da mesa. A arrecadação entre os mesários fora feita no mesmo momento, elegendo-se uma comissão para granjear assinaturas dos devotos composta de José Joaquim Ferreira, Albano Dias Machado, Joaquim Gomes da Silva e Jacinto Machado de Oliveira e uma terceira comissão para se encarregar da obra, composta por Joaquim Gomes da Silva, José Joaquim Ferreira e João António de Andrade⁹.

Na sessão de 6 de Outubro de 1872 a comissão de obras foi autorizada a tratar “com um architecto ou Engenheiro, para dar uma planta das mesmas obras”¹⁰. Em 22 de Dezembro do mesmo ano foi apresentado o plano das obras feito pelo Coronel de Engenheiros, Thomas da Silva Paranhos que fez oferta à Ordem, em gratidão foi aprovado que ofertasse diplomas de irmãos a ele e sua esposa, agradecendo-lhe através de carta. Na mesma ocasião foi dada à comissão de obras “plenos e ilimitados poderes para contratar como julgar mais conveniente, com pessoas habilitadas a fazer as obras da Igreja, de accordo com o prospecto appresentado”, sendo por ela apresentada duas plantas diferentes para o altar-mor, diante do que a mesa resolveu que as plantas fossem “appresentadas à pessoas entendidas, afim de se resolver mais acertadamente sobre o que convenha fazer, ficando disso encarregada a referida Commissão”¹¹.

Em 31 de Agosto de 1873 o entalhador Cândido Alves de Souza, autor de um dos projetos para o retábulo-mor apresentado na sessão de 22 de Dezembro de 1872, requereu “apresentar-se de novo, a fim de provar a probabilidade exequível de sua planta que não fora acceita em Sessão de 24 do corrente por não ter naquela data, (...) podido sustentá-la convenientemente”, perante o qual o subprior António Joaquim Damasio apresentou a apreciação da mesa as seguintes propostas:

1º Que se indefira o requerimento do Sr. Candido Alves de Sousa, que está em discussão. 2º Que se elle quizer retirar a planta que offereceu a Mesa, seja lhe ella entregue. Que se encarregue novamente a Commissão de obras de abrir concorrência, por meio de annuncio, ou outro qualquer que julgar conveniente, entre os architectos que quizerem apresentar suas plantas e orçamentos, relativo a obra em questão; podendo, nesta nova concorrência, entrar o mesmo artista que appresenta a petição. 4º Que munida a Commissão de obras das novas plantas e orçamentos que lhe forem apresentados e com os demais esclarecimentos que

⁹ Arquivo da Ordem Terceira de São Domingos de Gusmão (AOTSDG). **Livro de atas das Sessões da Mesa Administrativa** [1869.05.04 – 1882.08.01], 1871, Agosto, 6, p. 29 (nova leitura depois de Marieta Alves e Maria Vidal Camargo).

¹⁰ *Ibidem*, 1872, outubro, 6, p. 46.

¹¹ *Ibidem*, 1872, Dezembro, 22, p. 49 (nova leitura depois de Marieta Alves).

*puder obter, e opiniões de pessoas competentes, que puder consultar, apresente tudo a Mesa para tomar se uma deliberação definitiva. 5º Fica entendido que a planta do Sr. Faria é adoptada provisoriamente até que pela apresentação de outras, possa a Mesa decidir afinal, se deve ella ou outra ser a preferida. 6º Que não exceda a execução destas deliberações o praso de dous meses, propostas inteiramente aprovadas.*¹²

Na sessão de 16 de Novembro de 1873 foram apresentadas plantas com as respectivas propostas dos entalhadores João Simões Francisco de Souza, José Francisco Lopes e Galdino Francisco Borges, Candido Alves de Sousa. Vistas as plantas, a mesa deliberou

*addiar este trabalho para seguinte sessão, assim como foi proposto que entre em concurrencia a planta do finado Jose Rodrigues de Farias, devendo a Meza, se entender consciente, compra-la a viuva. Notando-se falta de plano de forro da capela mor na planta “Lopes”, encarregou-se a Commissão de obras de entender-se penhoravelmente com o seu auctor a este respeito, para na seguinte sessão participar a Meza, para se deliberar.*¹³

O assunto voltou à pauta na sessão de 21 de Dezembro de 1873. Nela, a Comissão de obras apresentou o plano do forro da capela-mor do Sr. Lopes que faltava acompanhado do respectivo orçamento e o Prior, José Joaquim Rodrigues Vianna consultou a mesa sobre o que fazer com as plantas apresentadas, metade dos mesários votou por uma decisão imediata e a outra metade pelo adiamento, diante do impasse propôs o secretário

*que se dirigissem cartas aos concurrentes convidando-os à comparecerem em dia fixado pela Meza a uma Sessão extraordinaria, perante a qual elles deverão appresentar a probabilidade de seus planos e depois confrontando-se o valor artistico de cada uma dellas com a do Sr. Faria, se decidisse definitivamente.*¹⁴

A nova proposta foi novamente discutida, ocorrendo outra de José Joaquim Ferreira “que se consultasse a opinião de pessoas competentes e habilitadas para se resolver”, votando a maioria na proposta do secretário em prejuízo da proposta de José Ferreira, marcando-se o dia 4 de Janeiro de 1874 para a realização da referida

¹² Ibidem, 1873, Agosto, 31, p. 62-63.

¹³ Ibidem, 1873, Novembro, 16, p. 63-64.

¹⁴ Ibidem, 1873, Dezembro, 21, p. 65-66.

sessão¹⁵. Sessão esta que não ocorreu nesta data conforme acusou o secretário na reunião de 25 de Janeiro de 1874, marcando-se novamente para o dia 8 de Fevereiro¹⁶.

No dia 8 de Março de 1874 a questão foi resolvida através do parecer do Engenheiro que foi lido, no qual foi aprovada a planta do entalhador Simões e rejeitada a do entalhador Lopes.

*A mesa, porem resolveo comprar a planta do Sr. Faria, para o que nomeou uma comissão composta dos Srs. Secretario e por Gomes e, depois de feitas algumas modificações, ou a mesma posta em concurso. As modificações que a planta – Faria – (caso seja adquirida) devem soffrer são as seguintes: 1º. Que o throno seja de cupola aberta. 2º. Que as figuras das collunas sejam substituidas por flores 3º. Que o nicho no meio do altar seja occupada por uma Imagem da S.S. Virgem. 4º. Que as Imagens de S. Domingos, S. Francisco, S. Thomaz d’Aquino e S. Pedro Marthir recuperem os lugares que tinham no antigo throno: Para isso, nomeou-se uma Comissão composta dos Srs. Prior Pedro Rios e Joaquim Gomes.*¹⁷

No dia 19 de Abril de 1874 foi notificado que a comissão “encarregada de fazer aquisição da Planta do finado Faria deu conta de sua incumbência e por não convirem as condições exigidas pela viúva do mesmo Faria, proprietária da planta; mandou-se-lhe fazer entrega da mesma”¹⁸. Quando a compra parecia descartada pela mesa, o Subprior comunicou na reunião de 10 de Maio de 1874 “Ter fallado a alguem, que indo tractar com a viuva Faria a respeito da planta para a obra da Igreja teve a resposta de que a viuva cede a planta pela quantia de Rs 150\$000, a vista disto a Mesa authorisou ao Irmão Instructor para ultimar este negocio pela quantia de 120\$000 reis”¹⁹. A planta já estava comprada em 7 de Junho de 1874, quando o fato foi comunicado a mesa e se autorizou o pagamento de 120\$000 reis, também se deliberou que a planta fosse entregue à comissão que fora nomeada para “mandar fazer as alterações, que forão marcadas”²⁰.

A comissão encarregada de promover os estudos para as modificações da planta deu conta na reunião de 19 de Julho de 1874 de

¹⁵ Idem.

¹⁶ Ibidem, 1874, Janeiro, 25, p. 67.

¹⁷ Ibidem, 1874, Março, 8, p. 70.

¹⁸ Ibidem, 1874, Abril, 19, p. 71.

¹⁹ Ibidem, 1874, Abril, 19, p. 74-75.

²⁰ Ibidem, 1874, Junho, 7, p. 76.

*ter consultado ao Architetto nosso Irmão Machado e que este em um officio, que apresentou, dis, que as alterações que julga poder sofrer a dita planta são as que se achão por elle feitas como se ve na mesma planta, em virtude do que a Mesa deliberou unanemente que seja a planta executada com as alterações notadas pelo dito Architetto; ficando sem effeito as anteriormente exigidas. A mesma Commissão ficou encarregada de obter o orçamento que acompanhou a planta e em caso de não obter incumbir a pessoa competente para organizar o orçamento da obra, no qual entre a factura das portas lateraes da Capella Mór, que devem ficar em harmonia com as outras obras da mesma Capella, dando conta da sua incumbencia com a possivel brevidade.*²¹

Concluído o capítulo da compra da planta, a mesa recebeu em sessão de 20 de Setembro de 1874 uma proposta do entalhador João Simões Francisco de Souza para a obra da igreja, a mesa deliberou adiar a proposta e autorizou o secretário “a convidar, por annuncios, concurrentes para a dita obra”²². Na sessão de 18 de Outubro de 1874

*foi apresentada uma proposta de Otto Koch e José dos Santos Ramos, como empreiteiros, para a obra de talha da Egreja; a qual proposta foi acceita pela Mesa uma vez que os empreiteiros se sujeitem ao seguinte: 1^a. A comprehender na obra, como parte integrante della, a feitura das duas portas laterais da capella mor em harmonia com a planta geral da mesma obra. 2^a. A tomar as madeiras que existem na Ordem, em bom estado, pelo valor de Quatrocentos mil reis, a concertar o antigo sacrario de modo que possa servir o recebendo no valor de quatrocentos mil reis, sendo estas duas quantias abatidas do valor total da proposta, depois de feita a redução no preço. 3^a. A reformar a fiança, offerecida, em quanto a um dos fiadores offerecidos. 4^a. A fazer alguma redução no preço total proposto. Para entenderem-se com os empreiteiros forão nomeiados os Irmãos Sub-Prior, Secretario e Deffinidor Ferreira”.*²³

O entalhador João Simões Francisco de Souza insistiu apresentando nova proposta para a obra de talha, o que foi rejeitada por unanimidade em 25 de Outubro de 1874, data em que a comissão

declarou que o dito Koch concordara em as condições exigidas pela Mesa, mas tendo elle de receber em dinheiro doze contos de reis, em prestações, e mais as madeiras e o sacrario no valor de oitocentos mil reis e que enquanto ao fiador elle trataria de ver outro, ficou approvada esta proposta e o Irmão Sub-Prior nomeiou uma commissão composta dos Irmãos Prior Secretario e Snr. Jacintho, para

²¹ Ibidem, 1874, Julho, 19, p. 77.

²² Ibidem, 1874, Setembro, 20, p. 80.

²³ Ibidem, 1874, Outubro, 18, p. 81-82.

*formular o contrato que se tem de fazer com os empreiteiros e procurar um arquiteto ou pessoa habilitada que se encarregue do exame da obra.*²⁴

Na sessão de 1 de Novembro de 1874 os entalhadores

*Otto Koch e José dos Santos Ramos, como empreiteiros da obra de talha da igreja, propoem que os pagamentos, que tem de se lhes fazer sejam de 800\$000 reis mensaes e a vista do attestado do Engenheiro, que tem de fiscalizar a obra e que o saldo seja pago Quando estiver concluida a dita obra e seja acceito como fiador sómente Julius Meyer; a Meza deliberou que neste sentido se fizesse a escriptura de contracto.*²⁵

As obras iniciaram com a fiscalização de uma comissão na qual constava do Tenente Coronel de Engenheiros Sepulveda, que aceitou a missão gratuitamente como recompensa, a mesa decidiu por unanimidade conceder gratuitamente a ele e a sua mulher, Virginia Maria de Seixas Sepulveda, o diploma de irmãos da ordem. O novo fiscal começou a mostrar trabalho chamando a atenção da mesa

*que na planta da obra a porta que dá passagem para a subida do Throno não tem a largura suficiente para a passagem commoda do sacerdote que tenha de conduzir o SS. Sacramento para a Exposição e que por isto entende que essa passagem deve ser feita por outro lugar que offereça mais commodidade. A mesa elegeu uma comissão composta dos Irmãos (Prior) alias Sub Prior, Secretario e Thesoureiro, para de acordo com o Engenheiro fazer-se este melhoramento, podendo contratar essa obra ou outras, que forem precisas com os actuaes Empreiteiros ou outros que melhores vantagens offereção.*²⁶

Contudo, as alterações no decorrer da obra continuaram a ser propostas conforme ocorreu na reunião de 9 de Maio de 1875 em que se recomendou a Comissão das obras para

d'accordo com os empreiteiros mandasem abrir hum alçapão no forro da Capella por de traz do throno que dê entrada para o mesmo forro, fazendo deitar algumas taboas por hum meio assoalho pelos lados da clara boia no comprimento do forro por ser isso de qualidade e necessidade, e entender se tambem com os empreiteiros, e a vista do contracto sobre o guarnecimento das ombreiras das duas portas lateraes que dão entrada para a Capella mór fazerem de conformidade com

²⁴ Ibidem, 1874, Outubro, 25, p. 82-83.

²⁵ Ibidem, 1874, Novembro, 1, p. 84.

²⁶ Ibidem, 1875, Março, 14, p. 86-88.

*as das Tribunas, e tambem mandar examinar, e dar as providencias necessarias para evitar as aguas no telhado do corredor do lado do Norte da Igreja.*²⁷

A Ordem enfrentou um problema crônico de falta de recursos para levar adiante a reforma, lançando mão de vários meios para alcançar a verba suficiente à continuidade do trabalho. Na sessão de 13 de Junho de 1875, a mesa deliberou a factura da planta e orçamento do restante das obras da igreja, ficando a comissão de obras encarregada de encaminhar o assunto juntamente com o engenheiro da casa.²⁸

Neste ano de 1875 o retábulo-mor ainda estava por concluir conforme referência ao tamanho do nicho feita na sessão de 27 de Junho:

*E esta pedindo esclarecimentos sobre o tamanho da Imagem de N. Senhora que tem de ser colocada no Nixo por cima do Altar Mor, afim d'opoderem fazer, a Meza de liberou, que o Nixo fosse feito de conformidade com o que está na planta para ficar d'armonia com a mais obra, e quanto a Imagem rezolveo sêr a de N. S. do Rozario, padroeira desta V. O., que estava colocada no seo Altar do lado esquerdo da Igreja, e que no seu Altar se coloca-se hum Imagem de N.S. da Conceição que em tempo opportuno se darião as providencias necessarias para esse fim.*²⁹

Os projetos para a talha da nave e o seu orçamento foram apresentados à mesa na sessão de 22 de Agosto de 1875:

*Forão apresentados pelos empreiteiros das mesmas obras os Sñrs. Otto Koch, Joze dos Sanctos Ramos, as plantas e orçamentos do restante das mesmas obras... e discriminando desta quantia 1300\$000 para os quatro quadros que tem de serem colocados nos lados do arco cruzeiro, sendo o excedente de toda a mais obra, ... inclusive o forro do coro, A Meza tomando na devida consideração deliberou que fosse tudo pela comissão d'obras apresentado ao D.^{or} Engenheiro encarregado das mesmas obras para dar seu parecer sobre a planta e orcamento, auctorizando a Comissão para se entender com os mesmos empreiteiros a obter as modificaçoens possiveis na quantia orçada para em Sessão deliberar como melhor entender.*³⁰

O retábulo-mor já estava pronto quando, na reunião de 12 de Dezembro de 1875, a comissão de obras foi incumbida de

²⁷ Ibidem, 1875, Maio, 9, p. 91.

²⁸ Ibidem, 1875, Junho, 13, p. 93.

²⁹ Ibidem, 1875, Junho, 27, p. 94 (nova leitura depois de Marieta Alves e Maria Vidal Camargo).

³⁰ Ibidem, 1875, Agosto, 22, p. 97.

*se entender com os empreiteiros afim de remediar o defeito que se nota na cupula do altar môr por ter notado a meza não estar de acordo com a planta. Foi aprovado o contrato do resto da obra de talha da Igreja com os impreiteiros da mesma obra José dos Santos Ramos e Otto Koch, pela quantia de onze contos e quinhentos mil reis, sendo Quatro altares, seis tribunas, quatro quadros, com os competentes feitos e arremates, forro do couro com o quadro, remate de todas as tribunas e portas, finalmente o resto da obra de talha que for preciso de acordo e harmonia com a obra de talha que já se acha feita.*³¹

A obra prosseguia, quando os empreiteiros pediram alguns esclarecimentos acerca dos altares laterais na reunião de 5 de Março de 1876:

*Pedirão mais explicação das Imagens que devem occupar os ninchos dos quatro altares lateraes, a mesa resolveo que tendo de occupar hum a Nossa Matriarca Santa Catharina, fossem feitos todos quatro semelhantes aquelle, pedirão mais para se altiar as tribunas, e foi a Comissão de obras encarregada de deliberar.*³²

A mencionada alteração nas tribunas deve ter sido suscitada pela composição com os retábulos laterais que exigiam melhor acomodação nos espaços das paredes.

As dúvidas sobre a colocação das imagens persiste na reunião de 4 de Junho de 1876, isto porque, com a supressão dos dois altares colaterais existentes no programa ornamental setecentista, sobraram duas imagens. Nesta reunião tratou-se da proposta “sobre a devoção de N. Senr.^a da Comceição que tem de ser collocada no altar de conformidade com o novo plano, sendo a mesma proposta adiada para na primeira sessão entrar em Discução e ser aprovada”³³.

Em 19 de Novembro de 1876 a mesa recebeu as propostas para o douramento da talha e outras obras, apresentaram propostas os douradores Severiano Alves de Sousa e José Rodrigues Nunes, foi decidido nomear uma comissão composta do Subprior Pedro Joaquim Rios dos Santos, Procurador Geral António Joaquim Damasio e Definidor Joaquim Gomes da Silva “para estudarem as mesmas propostas entrando assim na apreciação déllas e darem seo parecer conforme intenderem”³⁴. Nesta mesma reunião os empreiteiros da obra de talha

³¹ Ibidem, 1875, Dezembro, 12, p. 99 (nova leitura depois de Marieta Alves e Maria Vidal Camargo).

³² Ibidem, 1876, Março, 5, p. 100.

³³ Ibidem, 1876, Junho, 4, p. 104 (nova leitura depois de Marieta Alves e Maria Vidal Camargo).

³⁴ Ibidem, 1876, Novembro, 19, p. 109 (nova leitura depois de Marieta Alves e Maria Vidal Camargo).

pedem o restante do pagamento informando terem concluído a obra, o que foi confirmado e deliberado pela mesa³⁵.

Problemas de caixa fizeram adiar o douramento da talha até o dia 17 de Junho de 1877, data em que foi lido em mesa um requerimento do dourador Emilio Busquet “propondo-se para fazer a obra de gesso da obra nova da Igreja” tendo por despacho que fosse remetido o requerimento à Comissão de Obras³⁶. Entretanto, os recursos ainda não eram suficientes para obra tão cara. Novas determinações só serão tomadas na reunião de 10 de Março de 1878, quando a mesa comunicou ter aceitado na sessão passada, a proposta do pintor Francisco José Rufino de Sales para “fazer a obra de todo o imgesamento e pintura da Igreja, fica o Secretario encarregado de realizar o Contrato”³⁷, obra que o seu concorrente Severiano Alves de Sousa não desistiu de fazer apresentando proposta, que foi rejeitada em função da mesa já ter escolhido o professor Sales³⁸.

O ritmo da obra sob o comando do professor Francisco José Rufino de Sales estava lento, fato que começou a incomodar a Mesa da Ordem, tratando-se do assunto em 18 de Maio de 1876³⁹ e 1 de Junho do mesmo ano⁴⁰, reunião em que se estipulou novo prazo para a entrega da obra.

Na sessão de 20 de Julho de 1879, o contratante da obra de pintura e douramento dirigiu uma carta a mesa convidando-a para examinar o trabalho do tecto da igreja, a mesa deliberou que se respondesse agradecendo-lhe o convite e designando o primeiro Domingo de Agosto para este fim⁴¹. As obras então ao cargo do professor Sales constavam da restauração do tecto da nave, engessamento de toda a obra de talha e douramento do tecto da capela-mor⁴².

A demora na conclusão da mencionada obra voltou a incomodar a mesa a ponto de, na sessão de 6 de Junho de 1880, os irmãos resolverem

que se dirigisse a elle [Francisco Sales] a Commissão respectiva a fim de que definitivamente fique combinada a data de sua conclusão para o que fica a mesma

³⁵ Idem.

³⁶ Ibidem, 1877, Junho, 17, p. 114.

³⁷ Ibidem, 1878, Março, 10, p. 121.

³⁸ Idem.

³⁹ Ibidem, 1879, Maio, 18, p. 141 (nova leitura depois de Marieta Alves e Maria Vidal Camargo).

⁴⁰ Ibidem, 1879, Junho, 1, p. 142.

⁴¹ Ibidem, 1879, Julho, 20, p. 143.

⁴² Ibidem, 1880, Maio, 2, p. 150.

*autorizada a tomar qualquer deliberação que julgar conveniente aos interesses da ordem; e bem assim, a chamar desde já concorrência para o douramento que falta na Capella-mór; até o arco cruzeiro inclusive; devendo as propostas serem apresentadas até a ultima dominga do corrente mez, as 10 horas da manhã na Secretaria da Ordem.*⁴³

Conforme determinou a mesa, os anúncios da concorrência para o douramento que restava fazer na Capela-mor até o arco cruzeiro inclusive, foram divulgados nos jornais e na sessão de 27 de Junho de 1880 foram apresentadas propostas por José Rufino de Sales, Melchiades José Garcia, Francisco Baldoino Pereira, Emilio Bousquet, Euclides Telles da Cruz, Agostinho José do Espírito Santo, e Izidro Luís Vergnez⁴⁴, vencendo a proposta de Emilio Bousquet⁴⁵.

Os problemas com o contratado Sales provocaram uma vistoria que acusa o descumprimento do contracto, gerando mal-estar nas relações da mesa com o pintor a ponto desta determinar uma vistoria judicial, dando-lhe um ultimato⁴⁶.

Em 13 de Março de 1887 é tão grave a situação do caixa da Ordem, que o Prior José Joaquim Ferreira, prevendo não poder continuar com o douramento da talha e para evitar o estrago do douramento que estava pronto do arco cruzeiro até o altar-mor, propôs a abertura da igreja com os altares em branco, com a qual todos concordaram⁴⁷. Mais uma vez, a mesa deu outra solução para angariar recursos de forma a não parar com o trabalho de transformação do templo.

O pintor José Antônio da Cunha Couto foi contratado pela Ordem em 13 de Novembro de 1887 para pintar um quadro “por baixo do Coro com os respectivos emblemas, quatro para ornamento do arco Cruzeiro e quatro para cima dos altares laterais”⁴⁸, em seguida, o dourador Emilio Bousquet Recebeu o montante de 6:858.200 réis referentes ao

douramento dos quatro altares, seis contos de reis, restante do prateamento das jarras e castiças, cento e sincoenta sinco mil reis, tresentos e cincoenta mil de quatorze quadros da paixão, quarenta e oito mil reis de dourar quatro quadros

⁴³ Ibidem, 1880, Junho, 6, p. 153. (Nova leitura depois de Marieta Alves e Maria Vidal Camargo)

⁴⁴ Ibidem, 1880, Junho, 27, p. 154.

⁴⁵ Ibidem, 1880, Julho, 11, p. 156.

⁴⁶ Ibidem, 1880, Agosto, 1, p. 159-161 (nova leitura depois de Marieta Alves e Maria Vidal Camargo).

⁴⁷ AOTSDG. **Livro de Atas da Mesa da Ordem Terceira de São Domingos de Gusmão** [1882.08.17 -1896.10.25], 1887, Março, 13, p. 37 (nova leitura depois de Marieta Alves e Maria Vidal Camargo).

⁴⁸ Ibidem, 1887, Novembro, 13, p. 47 (nova leitura depois de Marieta Alves e Maria Vidal Camargo).

*para cima dos altares, quarenta e dois mil reis douramento dos anjos e prateamento da crus do Señor: do Bonfim, e o restante da quantia diversas obras que dourei e vendi para a Igreja da V. O. 3?. de S. Domingos.*⁴⁹

Depois de muito esforço e dificuldades financeiras os terceiros de São Domingos conseguiram concluir as obras de renovação do interior da igreja no ano de 1888 conforme menção na ata do dia 20 de Maio deste ano⁵⁰.

O tipo de retábulo-mor da Igreja dos Terceiros de São Domingos de Gusmão foi por nós identificado como “baldaquino arrematado por “frontão triangular interrompido e cúpula vazada” representado na Bahia por essa única realização [Figura 22.1]. O ponto de partida para a conformação desse retábulo está na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da cidade do Porto. Esse fato foi observado em primeira mão por Germain Bazin⁵¹ que entretanto não analisou a contribuição do conjunto arquitetônico e retabulístico dos terceiros franciscanos do Porto no baldaquino baiano, trabalho que faremos a seguir.

Observamos que, além do retábulo-mor [Figura 22.2], também o frontão da fachada [Figura 22.3] da igreja que abriga esse retábulo influenciou o baldaquino neoclássico dos Terceiros de São Domingos. O frontão do Porto, iniciado em 1795⁵², é obra do arquiteto Antônio Pinto de Miranda.

A análise da geração deste tipo na Bahia é extremamente facilitada por termos ampla documentação iconográfica dos exemplares envolvidos: as obras realizadas no Porto bem preservadas, duas pranchas dos projetos do baldaquino dos dominicanos baianos, assinadas por Joaquim Rodrigues de Faria, sendo a elevação e a planta baixa do retábulo-mor, ambas datadas no canto inferior direito do desenho, de 12 de Maio de 1873 e a referida obra construída, atualmente em estado precário de conservação.

Mais três pranchas do mesmo artista foram preservadas, com propostas para a ornamentação em talha do arco cruzeiro, do forro e das paredes laterais da capela-

⁴⁹ AOTSDG. **Livro de Recibos e Quitações** [1868.10.22-1910.04.30], 1888, Abril, 30, fl. 88.

⁵⁰ AOTSDG. **Livro de Atas da Mesa da Ordem Terceira de São Domingos de Gusmão** [1882.08.17 - 1896.10.25], p. 52-53.

⁵¹ BAZIN, Germain. **A Arquitetura religiosa Barroca no Brasil, estudo histórico e morfológico**. Rio de Janeiro: Record, 1956. v. 1, p. 309.

⁵² MATTOS, R. Pinto de. **Memória histórica e descritiva da Ordem Terceira de S. Francisco do Porto com a vida dos santos cujas imagens costumam ser conduzidas na sua procissão de cinza ordenada por R. pinto de Mattos**. Porto: Typographia Occidental, 1880, p. 12.

mor. Com desenhos a cores, as pranchas estão datadas de 13 de julho de 1873 no canto inferior direito e assinadas no canto inferior esquerdo.

A preservação desses desenhos, da obra realizada do retábulo e dos ornamentos de talha do arco cruzeiro e capela-mor dos terceiros dominicanos, representa fato único na Bahia. Nenhum risco de altares, realizados ou não, nos anos e séculos precedentes, foi preservado. Esses riscos fazem exceção à regra porque a mesa da ordem comprou-os em mãos da viúva do projetista.

A mesa deve ter encomendado verbalmente os projetos ao artista, que faleceu em 8 de novembro de 1873⁵³ os 37 anos de idade, quase seis meses depois de ter realizado os mencionados riscos. Depois de sua morte, a compra dos desenhos foi amplamente negociada com a viúva. A aquisição se deu em 7 de junho de 1874⁵⁴. Em 13 de novembro do mesmo ano⁵⁵ foi contratada a talha com Otto Koch e José dos Santos Ramos. Os riscos foram, portanto, considerados patrimônio da ordem, que pagou por eles como comprova recibo. Deles tomamos conhecimento porque foram publicados em 1979 por Socorro Martinez⁵⁶. Após essa data eles desapareceram e todos os esforços que fizemos para localizá-los foram em vão. Quem viu os originais diz que eram em cores.

Joaquim Rodrigues de Faria de naturalidade desconhecida, faleceu em Salvador, em 8 de novembro de 1873, aos 37 anos de idade, de diabetes e foi sepultado no Cemitério das Quintas dos Lázaros. Seu ofício era identificado nos documentos como entalhador, engenheiro, escultor de ornato. Era branco, casado com Gertrude Maria de Faria. Esteve ativo na Bahia de 1869 a 1873, seu endereço comercial foi declarado no Almanaque de 1862 como Ladeira da Conceição, Freguesia da Conceição. No de 1873 declarou sua localização na Rua da Preguiça, nº 50. Foi sócio da Sociedade Montepio dos Artistas, ocupou o cargo de 2º Secretário na primeira diretoria do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia em 1872, sendo eleito com 196 votos, ficando na terceira colocação. Em suas obras

⁵³ Arquivo da Curia Metropolitana de Salvador (ACMS). Livro de óbito 1847-1895, fólio 238, Paróquia da Conceição da Praia, Estante 02, caixa 10.

⁵⁴ AOTSDG – Arquivo da Ordem Terceira de São Domingos de Gusmão. **Livro de Actas das Sessões da Mesa Administrativa** [1869.05.04 -1882.08.01], 1874, Julho, 19, p. 76.

⁵⁵ APEB. **Livro de Notas do tabelião Francisco Rodrigues Mendes** [1874,10, 3 – 1875,04,6] – Capital, 1874, Novembro, 13, f. 12v – 14.

⁵⁶ MARTINEZ, Socorro Targino. **Ordens Terceiras: ideologia e arquitetura**. Salvador: Gráfica Universitária, 1979.

documentadas constam a talha de quatro tocheiros e dois castiçais a 40\$000 rs., e conserto da talha de 19 jarras a 33\$500 rs. feitos para a Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santana em 1869 e os riscos da talha da capela-mor da Igreja da Ordem 3ª de São Domingos de Gusmão⁵⁷.

A mesa da ordem pensou em modificar a planta do entalhador Faria em 8 de março de 1874, indicando que deveriam ser operadas as seguintes transformações:

*1º. Que o throno seja de cupola aberta; 2ª. Que as figuras das collunnas sejam substituidas por florões; 3º. Que o nicho no meio do altar seja occupada por uma Imagem da S.S. Virgem; 4º. Que as Imagens de S. Domingos, S. Francisco, S. Thomaz de Aquino e S. Pedro Marthir recuperem os lugares que tinham no antigo throno.*⁵⁸

Das indicações acima, somente a primeira e a terceira, que já estavam incluídas no projeto de Faria, foram efetivadas. Também foram introduzidas duas portas laterais⁵⁹. Conforme podemos observar, as imagens de São Domingos e São Francisco, que deviam constar no antigo retábulo setecentista, foram definitivamente excluídas do novo retábulo, como prova da consolidação de uma nova estética avessa aos excessos e aos conjuntos iconográficos de duas ou três imagens ocupando a base do trono.

O mesmo não ocorrerá no retábulo-mor da Igreja do Convento de N. Sra. da Palma, também em Salvador, onde as duas imagens que integravam a cenografia do antigo retábulo foram colocadas sobre peanhas adossadas às colunas. Isso produz, do ponto de vista da estética neoclássica, um resultado estranho, mas que atende às exigências do culto.

Joaquim Rodrigues de Faria devia conhecer bem o retábulo e a fachada da Igreja dos Terceiros de São Francisco do Porto. Pode inclusive ter sido natural da região (sua origem é-nos desconhecida, mas suspeitamos ser português), pois adotou a mesma estrutura em baldaquino concebido por Antônio Pinto de Miranda

⁵⁷ FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro. **A talha neoclássica na Bahia**. Rio de Janeiro: Versal, 2006. 560 p. il. p. 483.

⁵⁸ AOTSDG. **Livro de Actas das Sessões da Mesa Administrativa** [1869.05.04 -1882.08.01], 1874, Março, 8, p.70.

⁵⁹ Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). **Livro de Notas do tabelião Francisco Rodrigues Mendes** [1874.10.03-1875.04.06] – Capital, 1874, Novembro, 13, f. 13.

e entalhado por Manuel Moreira da Silva e Manuel Alves de Sousa Alão e também em frontão triangular do edifício projetado pelo mesmo Miranda em 1795 e concluído em 1805. Mas ele altera o frontão, interrompendo-o no vértice superior para dar lugar à alegoria da Caridade, e elimina os ressaltos abruptos do modelo do Porto, trocando-os por ressaltos muito sutis.

O riscador ignora o excesso de esculturas do retábulo do Porto: anjos de corpo inteiro portando as armas de Cristo e as franciscanas; as alegorias Esperança e Fortaleza deitadas sobre os vértices laterais do frontão; e a Fé Cristã no vértice superior, representada por anjos meninos segurando uma cruz latina. Ele se inspira nas três virtudes teológicas do frontão da fachada da mesma igreja, mudando suas posições. No exemplo do Porto, a Fé Católica é privilegiada, colocada por cima do vértice superior, enquanto a Caridade e a Esperança ocupam os vértices laterais, direito e esquerdo respectivamente.

No baldaquino da Bahia, Faria coloca a Caridade no centro do frontão interrompido e a Fé Cristã e a Esperança por cima do entablamento, ladeando o arco do camarim, à direita e à esquerda, respectivamente. Também altera o atributo da Fé que no exemplo do Porto porta um cálice, numa alusão direta à eucaristia católica, enquanto no da Bahia a figura de mulher sustenta uma cruz latina em alusão à Fé Cristã. Esse baldaquino é um dos poucos na Bahia que exhibe o programa completo das virtudes teológicas.

É pertinente lembrar que o frontão triangular com esculturas distribuídas por cima dos vértices era do conhecimento dos alunos da Aula de Arquitetura Militar da Bahia através de gravura do Pórtico Jônico do Templo da Fortuna Viril, em Roma, constante do livro *A Ciência dos Engenheiros de Bêlidor* [Figura 22.4].

Talvez por solicitação oral da mesa para ficar bem ao gosto dos baianos, o projetista aboliu a cúpula de barrete de clérigo do exemplo portuense e adotou uma espécie de platibanda à “Blondel”, que sustenta uma cúpula oval vazada. Também absorve o gosto local ao desprezar a magnificência do trono eucarístico português, conjugando-o com o nicho e diminuindo-o na altura para dar maior espaço a um grande crucificado, que representa a maior e mais hegemônica devoção baiana, a do Nosso Senhor Bom Jesus do Bonfim.

Há uma grande semelhança entre o baldaquino dos terceiros dominicanos e o dos terceiros franciscanos de Salvador, a ponto de Bazin acreditá-los

contemporâneos⁶⁰. Na verdade, eles estão separados por quase quatro décadas, o que revela quão atual e paradigmático do neoclássico era o modelo dos terceiros do Porto. Esses dois retábulos baianos incorporaram a estrutura e a gramática de um neoclássico mais estrito e foram empreendidos por duas ordens terceiras: a franciscana, uma das mais abastadas, e a dominicana, constituída por grande número de portugueses imigrados para a Bahia no Oitocentos que se dedicavam ao comércio de varejo.

Por fim, notamos que no plano ornamental Joaquim Rodrigues de Faria despreza os ornatos do modelo do Porto (loureiros, palmas, coroas de flores, troféus etc.), assimilando os motivos praticados na Bahia e demonstrando haver uma integração do riscador ao contexto da talha baiana do Oitocentos, seja por adequação espontânea, seja por solicitação da clientela.

No século XIX a cidade da Bahia reformou sua talha muito para expulsar do interior dos templos a simbólica barroca, que passou a ser considerada indecente e avessa à nova moral católica. Os símbolos que predominaram foram as alegorias das virtudes cristãs, representações que constavam do gosto e uso da cultura clássica da antiguidade, depois do renascimento e, por último, do neoclássico vigente à época da reforma ornamental baiana⁶¹.

Considerando que as alegorias das virtudes já frequentavam a talha barroca, estas figuravam como mais um elemento dos muitos antropomorfos, zoomorfos, fitomorfos e híbridos que se aglomeravam nos retábulos.

Na talha oitocentista baiana, neoclássica ou híbrida, as virtudes aparecem como únicas soberanas da mensagem litúrgica, sóbrias, decentemente trajadas com longas túnicas inspiradas nas gregas ou romanas, mas com seus membros (seios, coxas e ancas) modelados pela vestimenta, solenemente de pé, a propagar os ideais de conduta, nos quais os fiéis deveriam pautar suas vidas para a salvação da alma no dia do juízo final.

Quanto aos vícios, estes nunca foram iconografados na talha baiana, não era prudente colocá-los em lugares tão sagrados, talvez fossem lembrados apenas pelo

⁶⁰ BAZIN, 1956, v. 1, p. 309.

⁶¹ O tema foi desenvolvido em profundidade em FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro. **A talha neoclássica na Bahia**. Porto: Universidade do Porto, 2000. 3 v. (Tese de doutorado defendida e aprovada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. E no livro FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro. **A talha neoclássica na Bahia**. Rio de Janeiro: Versal, 2006. 560 p. il.

discurso escrito e oral, nos sermões recitados nos púlpitos, como forma de exaltar a prática das virtudes, pois a psicomaquia artística oitocentista teve termo com a vitória esmagadora das virtudes cristãs ao expulsarem definitivamente da maioria dos templos católicos soteropolitanos a variegada simbólica barroca considerada pelos homens da época como vícios.



Figura 22.1 - Retábulo-mor da Igreja da Ordem Terceira de São Domingos de Gusmão, Salvador, Bahia.



Figura 22.2 - Retábulo-mor da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco do Porto, Portugal.



Figura 22.3 - Frontão da Igreja dos Terceiros Franciscanos do Porto, Portugal.

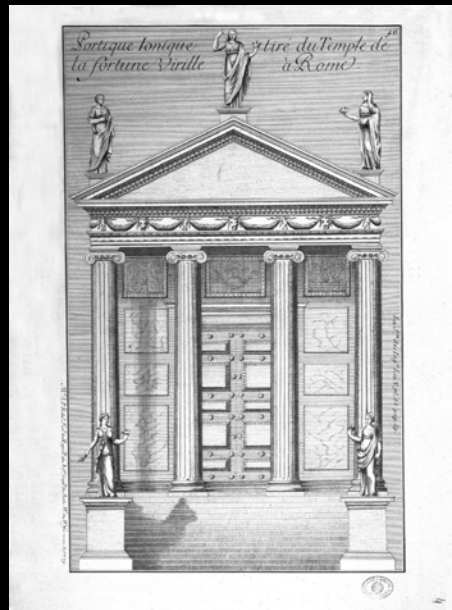


Figura 22.4 - Desenho da fachada do Templo da Fortuna Viril, Roma. Cópia desenhada por Manuel Antônio Ribeiro.